

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Cidade de Santos (S.P.) Class.: 511Data 23 de agosto de 1982 Pg.: \_\_\_\_\_**Cimi denuncia a criação  
de superórgão na Funai**

BRÁSILIA (Sucursal) — A reformulação do Estatuto da Funai, alterando o decreto-lei 84.630, concederá à Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas (Agesp), do órgão tutor, poderes de “um superórgão, a exemplo do que foi a Coordenação da Amazônia (Coama) nos tempos do governo Médici”. A denúncia foi feita pelo secretariado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A reestruturação do Órgão foi elaborada pelo diretor da Agesp, coronel Ivan Zanoni Hausen, por determinação do presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal.

De acordo com o novo regimento interno da Funai, a Agesp será responsável por quatro coordenadorias, um Centro de Documentação e o Museu do Índio. Essa assessoria terá ainda poderes para baixar normas, elaborar legislação pertinente ao índio, proposta de ação e orçamento plurianual, bem como o orçamento-programa da Funai.

Caberá ainda à Agesp o acompanhamento e controle da execução orçamentária e outros instrumentos de ação administrativa, bem como a preparação do material de divulgação. Dessa forma, fica criada a Central Única de Informações, antiga proposta do coronel Zanoni e que mereceu parecer contrário de diferentes departamentos e assessorias da Funai.

O coronel Zanoni, segundo a denúncia do Cimi, “terá ainda plenos poderes para controlar a entrada de missionários, pesquisadores e jornalistas em áreas indígenas, pois de acordo com as atribuições do Departamento de Intercâmbio Cultural, no seu artigo V, a Agesp terá como responsabilidade controlar a entrada de missionários e profissionais nos territórios indígenas”.

Essa responsabilidade — afirma o secretário nacional do Cimi — “é desastrosa principalmente porque controlada por uma pessoa que não merece o respeito dos índios”. A opinião dos missionários é compartilhada por diferentes funcionários da Funai, que acusam o coronel Zanoni de manter uma “política de ameaças contra os funcionários”.

Embora ainda não tenha sido encaminhado ao Ministério do Interior para que seja aprovado, o novo regimento interno da Funai já está sendo colocado em prática, como por exemplo a Coordenadoria de Assuntos Religiosos (Car), prevista no novo Estatuto, mas já em pleno funcionamento e dirigida pelo capitão Jurandi Marques da Fonseca.